

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 41, (Jan/Dez) de 2025
ISSN: 2178-7476



POLÍTICAS CURRICULARES E A INVISIBILIDADE DA QUESTÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CURRICULAR POLICIES AND THE INVISIBILITY OF THE GENDER ISSUE IN INITIAL TEACHER EDUCATION IN PHYSICAL EDUCATION

POLÍTICAS CURRICULARES Y LA INVISIBILIDAD DE LA CUESTIÓN DE GÉNERO EN LA FORMACIÓN INICIAL EN EDUCACIÓN FÍSICA

Adão Rodrigues de Sousa

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

adao.sousa@unemat.br

<https://orcid.org/0000-0002-7348-5876>

RESUMO

A abordagem da temática de gênero na formação inicial em Educação Física é essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e para a superação de desigualdades. Este estudo tem como objetivo analisar as implicações da ausência de uma abordagem sistemática da questão de gênero nos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física ofertados por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Mato Grosso. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter documental, tomando como objeto de análise os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das referidas licenciaturas. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo (Bardin, 2016), que possibilitou identificar silenciamentos e formas superficiais de inserção da temática de gênero nos documentos institucionais. O referencial teórico adotado ancora-se em perspectivas críticas e pós-críticas de currículo (Apple, 2006; Silva, 2016), bem como em estudos que problematizam as relações de gênero na Educação Física (Louro, 1997; Goellner, 2010; Devide *et al.*, 2011). Os resultados evidenciam que a questão de gênero aparece de forma difusa ou periférica, limitando a formação crítica e a preparação docente para lidar com a diversidade no ambiente escolar. Conclui-se que ainda há um longo caminho para consolidar uma formação docente em Educação Física comprometida com a equidade de gênero e com a promoção de práticas pedagógicas socialmente responsáveis.

Palavras-chave: Gênero. Currículo. Formação Docente. Educação Física.

ABSTRACT

The approach to gender issues in initial Physical Education teacher training is essential for building inclusive pedagogical practices and overcoming inequalities. This study aims to analyze the implications of the absence of a systematic approach to gender in the curricula of Physical Education undergraduate programs offered by public Higher Education Institutions (HEIs) in Mato Grosso, Brazil. A qualitative documentary research was conducted, focusing on the Pedagogical Course Projects (PPCs) of these programs. Content analysis (Bardin, 2016) was employed to identify silences and superficial forms of including gender in the institutional

documents. The theoretical framework is grounded in critical and post-critical perspectives of curriculum (Apple, 2006; Silva, 2016), as well as in studies that problematize gender relations in Physical Education (Louro, 1997; Goellner, 2010; Devide et al., 2011). The results reveal that gender issues appear in a diffuse or peripheral way, limiting critical training and the preparation of teachers to address diversity in the school environment. It is concluded that there is still a long way to go in consolidating teacher education in Physical Education committed to gender equity and the promotion of socially responsible pedagogical practices.

Keywords: Gender. Curriculum. Teacher Training. Physical Education.

RESUMEN

El abordaje de la temática de género en la formación inicial en Educación Física es esencial para la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas y para la superación de desigualdades. Este estudio tiene como objetivo analizar las implicaciones de la ausencia de un enfoque sistemático de la cuestión de género en los planes de estudio de las Licenciaturas en Educación Física ofrecidas por Instituciones de Educación Superior (IES) públicas de Mato Grosso. Para ello, se realizó una investigación cualitativa de carácter documental, centrada en los Proyectos Pedagógicos de Curso (PPCs) de dichas licenciaturas. La técnica empleada fue el análisis de contenido (Bardin, 2016), que permitió identificar silenciamientos y formas superficiales de inserción de la temática de género en los documentos institucionales. El marco teórico se sustenta en perspectivas críticas y poscríticas de currículo (Apple, 2006; Silva, 2016), así como en estudios que problematizan las relaciones de género en la Educación Física (Louro, 1997; Goellner, 2010; Devide et al., 2011). Los resultados muestran que la cuestión de género aparece de manera difusa o periférica, lo que limita la formación crítica y la preparación docente para enfrentar la diversidad en el ámbito escolar. Se concluye que aún queda un largo camino por recorrer para consolidar una formación docente en Educación Física comprometida con la equidad de género y la promoción de prácticas pedagógicas socialmente responsables.

Palabras clave: Género. Currículo. Formación docente. Educación Física.

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES), enquanto espaços formativos e reprodutores de saberes, têm desempenhado um papel fundamental na constituição das identidades docentes e nas práticas pedagógicas das licenciaturas em Educação Física. No entanto, observa-se que tais espaços nem sempre incorporam, de modo estruturado, temáticas que enfrentem as desigualdades sociais historicamente naturalizadas no interior dos currículos universitários, notadamente aquelas relacionadas às questões de gênero. A Educação Física, por sua natureza eminentemente corporal, figura como um campo fértil para a manutenção de estereótipos de gênero, que orientam e limitam a construção de práticas pedagógicas críticas e inclusivas (Goellner, 2010; Louro, 1997).

Embora políticas públicas e documentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sinalizem para a necessidade da abordagem da diversidade nos processos de formação inicial, os currículos das licenciaturas em Educação Física das IES públicas de Mato Grosso ainda apresentam uma estrutura que marginaliza ou reduz a questão de gênero a uma mera menção superficial. Este cenário revela uma lacuna preocupante e traz à tona um debate urgente: como formar docentes que sejam, de fato, agentes de transformação social em um ambiente escolar plural, atravessado por múltiplas identidades e marcadores sociais de diferença?

Nesse sentido, emerge o seguinte problema de pesquisa: quais são as implicações da invisibilidade da temática de gênero nos currículos das licenciaturas em Educação Física ofertadas pelas Instituições Públicas de Mato Grosso para a formação inicial docente? Tal questionamento se justifica à medida que o silenciamento ou o tratamento periférico do gênero nos currículos acarreta limitações para a construção de práticas pedagógicas reflexiva e inclusiva, como ressaltam Araujo e Devede (2019).

Do ponto de vista teórico, esta investigação ancora-se em uma perspectiva crítica e pós-crítica de currículo, conforme postulam Apple (2006) e Silva (2016), que entendem o currículo como um campo de disputas e um artefato político que legitima determinadas visões de mundo em detrimento de outras. Tal compreensão é reforçada pelos estudos de Devede *et al.*, (2011) e Louro (1997), que desconstróem a naturalização das normas de gênero, apontando como o ambiente escolar e, por extensão, a formação inicial docente atua na perpetuação ou na subversão dessas normas. Na Educação Física, segundo Devede *et al.*, (2011); Louro (1997) e Goellner (2010), a lógica curricular tradicional privilegia a manutenção de práticas pautadas no binarismo e na cisheteronormatividade e na segmentação de corpos, o que torna a ausência de uma abordagem estruturada de gênero ainda mais crítica e urgente.

A relevância deste estudo justifica-se pelo contexto educacional brasileiro, em que as desigualdades de gênero permanecem como um desafio estrutural, refletindo-se não apenas nas relações sociais, mas também nos currículos de formação docente. Embora documentos normativos, como as DCNs e a BNCC, orientem a valorização da diversidade e da equidade, ainda é comum que cursos de licenciatura, especialmente em Educação Física, tratem a temática de gênero de forma superficial ou mesmo silenciem diante dela. Essa lacuna formativa compromete a capacidade crítica das/os futuras/os professoras/es, limitando sua atuação em contextos escolares plurais e atravessados por desigualdades históricas. Assim, compreender como a questão de gênero é incorporada, ou invisibilizada, nos PPCs constitui não apenas uma demanda acadêmica, mas também uma urgência social, visto que impacta diretamente a construção de práticas pedagógicas inclusivas e o compromisso da escola com os princípios de justiça social e direitos humanos.

Assim, esta pesquisa ancora-se na necessidade de compreender as consequências dessa invisibilidade, não apenas no contexto dos currículos das licenciaturas em Educação Física, mas também em sua projeção para o exercício docente nas escolas. Em uma sociedade marcada por violências simbólicas e estruturais contra sujeitos que fogem das normatividades de gênero, a formação inicial das/os professoras/es de Educação Física precisa ser tensionada para além do ensino técnico-esportivo, abrangendo dimensões sociais e culturais que permitam uma atuação pedagógica reflexiva, inclusiva e socialmente responsável. (Louro, 2004; Sousa, 2024).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as implicações da ausência de uma abordagem sistemática da temática de gênero nos currículos das licenciaturas

em Educação Física das IES públicas de Mato Grosso, discutindo seus impactos na formação inicial docente e nas práticas pedagógicas futuras.

Para tanto, adota-se uma metodologia qualitativa de análise documental, tendo como objeto os PPCs das referidas licenciaturas. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), foi a técnica selecionada para examinar as informações extraídas dos documentos. Para a seleção do corpus, estabeleceram-se três critérios: (i) serem cursos de Licenciatura em Educação Física ofertados por IES públicas do estado de Mato Grosso; (ii) disponibilizarem seus PPCs atualizados para consulta pública; e (iii) estarem em conformidade com as normativas institucionais vigentes. A partir dos PPCs selecionados, definiram-se como categorias de análise: (a) a presença ou ausência de menções explícitas à temática de gênero; (b) a forma de inserção do tema no currículo (transversal, difusa, periférica ou em disciplinas específicas); e (c) a articulação entre gênero, diversidade e práticas pedagógicas previstas. Essa sistematização possibilitou identificar como e em que medida a questão de gênero atravessa as diretrizes formativas das instituições investigadas.

Por meio desta investigação, pretende-se evidenciar os desafios que persistem na construção de uma Educação Física que seja, efetivamente, um espaço de acolhimento, reconhecimento e valorização da diversidade de gênero, e não um campo de manutenção de silêncios e exclusões. Este manuscrito constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação Física, cujo objetivo foi analisar as políticas curriculares e suas implicações na formação inicial de professoras/es de Educação Física, com ênfase na questão de gênero.

2 PERSPECTIVAS CRÍTICAS DE CURRÍCULO E A TEMÁTICA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A construção curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física, especialmente no que tange às discussões de gênero, tem sido objeto de crescente problematização no campo acadêmico. O currículo, enquanto instrumento político-pedagógico, organiza as experiências formativas e orienta as práticas docentes, sendo também um dispositivo que pode tanto reforçar quanto desconstruir desigualdades sociais e culturais (Apple, 2006; Silva, 2016). Neste contexto, as questões de gênero configuram-se como um eixo estratégico para a análise crítica das políticas curriculares e da formação inicial docente em Educação Física.

A compreensão do currículo como um campo neutro e meramente técnico foi há muito superada pelas abordagens críticas e pós-críticas que, como afirma Apple (2006), enxergam o currículo como um território de embates ideológicos, em que valores sociais, culturais e políticos são legitimados ou silenciados. Segundo Silva (2016), a produção curricular não é apenas um ato de seleção de conteúdos, mas um processo atravessado por relações de poder, que privilegia determinados saberes e identidades em detrimento de outros.

No âmbito da Educação Física, essa disputa se evidencia na manutenção de uma lógica

curricular ancorada na valorização das práticas técnico-esportivas e na reprodução de normas de gênero e sexualidade vinculadas à cisheteronormatividade (Goellner, 2010; Devide *et al.*, 2011). As práticas pedagógicas corporais têm sido historicamente orientadas por uma concepção biologizante do corpo e por uma divisão binária das atividades físicas, que destinam certas modalidades ou práticas esportivas a meninos e outras a meninas, contribuindo para a manutenção de estereótipos (Devide *et al.*, 2011; Louro, 1997; Goellner, 2010).

Essa segmentação do corpo e das práticas pedagógicas, segundo Louro (1997), está relacionada ao processo de construção social do gênero no qual as/os sujeitos repetem normas e expectativas sociais impostas às identidades masculinas e femininas, reproduzindo assim uma cultura escolar que reforça padrões excludentes. Na Educação Física escolar, tais práticas se traduzem em rotinas que naturalizam desigualdades, muitas vezes sem espaço para a crítica ou para a desconstrução desses padrões por parte dos docentes (Sousa, 2024).

A ausência de uma abordagem sistematizada da temática gênero nas licenciaturas em Educação Física tem sido apontada por diversos pesquisadores como um fator preocupante e limitante para a constituição de práticas pedagógicas contra hegemônicas (Neves 2014; Oliveira, 2020; Vieira, 2023). Embora políticas nacionais, como a BNCC e as DCNs para a formação de professoras/es, recomendem a transversalidade da temática gênero e da equidade nas propostas pedagógicas, estudos revelam que essa temática ainda ocupa um lugar periférico ou secundário nos currículos das licenciaturas, especialmente nas áreas de formação voltadas à Educação Física (Neves, 2014; Sousa, 2024).

O estudo de Silva e Marani (2022), ao mapear a presença da temática de gênero e sexualidade nos PPCs das universidades federais brasileiras, constatou que apenas uma minoria dos cursos apresenta disciplinas específicas que abordem gênero ou diversidade sexual. Na maior parte dos casos, quando mencionada, a temática aparece de maneira difusa, inserida em ementas genéricas de disciplinas que priorizam outros conteúdos, ou é tratada de modo esporádico em atividades extracurriculares. Esse panorama não se distancia do contexto encontrado nas IES públicas do estado de Mato Grosso, o que evidencia a necessidade de políticas institucionais que reforcem o compromisso das universidades com a formação de docentes preparados para enfrentar os desafios da diversidade de gênero no cotidiano escolar.

Vieira (2023) salienta que a formação inicial de professoras/es de Educação Física, ao silenciar discussões sobre gênero e sexualidade, fragiliza a capacidade crítica das/dos futuras/os docentes, impedindo-os de reconhecerem e intervirem de maneira adequada diante das múltiplas manifestações de preconceito e violência simbólica que atravessam o ambiente escolar. Nesse sentido, a formação carente de uma perspectiva de gênero não apenas limita a construção de práticas pedagógicas mais justas, mas também contribui para a perpetuação de estruturas de dominação que atravessam as relações escolares e as experiências corporais das/os sujeitos.

Diante das limitações da abordagem tradicional, autores como Martins (2019), Santos Junior (2020), Oliveira Júnior e Neira (2020) e Neira e Nunes (2020; 2022), defendem a adoção do currículo cultural como uma perspectiva capaz de ampliar as fronteiras da formação em Educação Física. Este modelo curricular se fundamenta na valorização das práticas corporais em suas múltiplas dimensões culturais, históricas e sociais, priorizando a diversidade e o reconhecimento das diferenças, gênero, sexualidade, etnia e classe social.

O currículo cultural propõe que a Educação Física vá além da ênfase nas capacidades motoras ou na técnica esportiva e se constitua como um espaço pedagógico voltado para o debate crítico sobre as diferenças, as relações sociais e as identidades de corpo e de gênero. Segundo Neira (2020), essa perspectiva permite que o processo formativo contribua para o rompimento com as lógicas de exclusão e segregação que historicamente caracterizam as práticas escolares da Educação Física, proporcionando um ambiente mais inclusivo que combatam a discriminação (Devide *et al.*, 2011).

Assim, ao integrar a temática de gênero de forma estruturada nos currículos das licenciaturas em Educação Física, o currículo cultural se apresenta como um caminho promissor para a superação das lacunas formativas identificadas por Silva e Marani (2022) e outros estudiosos da área. A partir dessa proposta, as/os futuras/os professoras/es podem ser preparadas/os para atuar em ambientes escolares plurais, capazes de promover o direito à diferença e de enfrentar, de maneira crítica, as dinâmicas excludentes e normativas que ainda se perpetuam no cotidiano da Educação Física escolar.

Evidencia-se que a questão de gênero nos currículos de Educação Física deve ser compreendida como um problema estruturante da formação inicial docente. A invisibilidade ou o tratamento superficial do tema nos PPCs das licenciaturas em Educação Física das IES públicas de Mato Grosso reflete uma estrutura curricular ainda marcada por concepções tradicionais, binárias, esportivistas e tecnicistas, que precisam ser desafiadas. Assim, a adoção de uma perspectiva crítica e cultural do currículo torna-se um passo imprescindível para a efetiva transformação das práticas pedagógicas e para a construção de ambientes escolares mais justos e inclusivos.

3 AS IMPLICAÇÕES DA INVISIBILIDADE DE GÊNERO NA PRÁTICA DOCENTE E NA CULTURA ESCOLAR

A ausência da temática de gênero nos currículos de formação em Educação Física reflete-se diretamente na prática docente e na dinâmica escolar. A escola, além de espaço de ensino, legitima normas e identidades, e a marginalização dessa discussão perpetua desigualdades (Louro, 1997).

Historicamente, a Educação Física naturaliza a separação por gênero, atribuindo valores distintos às práticas corporais de meninos e meninas (Devide *et al.*, 2011; Goellner, 2010). Essa divisão, baseada em estereótipos, resulta de uma formação docente que negligencia as dimensões culturais e políticas da disciplina, limitando-se a uma abordagem técnica e descontextualizada (Devide *et al.*, 2011; Neira, 2020). Como consequência, docentes não desenvolvem estratégias para enfrentar a

segregação de atividades e promover práticas mais inclusivas (Devide *et al.*, 2011; Sousa, 2024).

A invisibilização da temática de gênero na Educação Física escolar também impacta estudantes LGBTQIA+, reforçando exclusões e violências simbólicas. Além disso, limita a capacidade docente de intervir em situações de discriminação ou *bullying*, enfraquecendo o papel da escola na promoção do respeito à diversidade (Sousa, 2024).

Essa lacuna formativa impede reflexões críticas sobre os conteúdos e metodologias, mantendo práticas que reforçam sexismo e heteronormatividade (Devide *et al.*, 2011; Iwamoto, Amorim e Seabra, 2020). No entanto, a Educação Física pode ser um espaço de transformação, desde que as/os professoras/es sejam preparados para problematizar as normatividades de gênero e valorizar a pluralidade das experiências corporais (Devide *et al.*, 2011; Neira, 2020).

A reformulação dos currículos e o investimento em uma formação docente crítica, interseccional são medidas essenciais para consolidar uma Educação Física escolar inclusiva, plural e promotora de justiça social. Ao adotar essa perspectiva, docentes ampliam o debate sobre cidadania e contribuem para a construção de uma cultura escolar mais democrática e sensível a gênero, tal como sustenta Sousa (2024).

4 METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de investigar as implicações da ausência sistemática da temática de gênero nos currículos das licenciaturas em Educação Física das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Mato Grosso. A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se pela busca por uma compreensão aprofundada das dimensões simbólicas e discursivas que permeiam os documentos institucionais, bem como pela natureza interpretativa que o fenômeno requer (Minayo, 2008).

Trata-se de uma pesquisa de análise documental, centrada nos PPCs dos cursos de Licenciatura em Educação Física das IES públicas localizadas no estado de Mato Grosso. Segundo Cellard (2012), a análise documental permite a identificação de significados, silêncios e recorrências presentes em documentos institucionais, sendo um procedimento eficaz para investigações que visam compreender diretrizes curriculares e discursos normativos inscritos em textos oficiais.

O corpus da pesquisa é constituído pelos PPCs mais recentes disponíveis dos cursos de Licenciatura em Educação Física das seguintes Instituições Públicas de Ensino Superior do estado de Mato Grosso (ver Quadro 1):

Quadro 1: IES Públicas de Mato Grosso com Cursos de Educação Física

Nº	Instituição	Câmpus
1	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Cuiabá

2	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Araguaia
3	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	Cáceres
4	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	Diamantino
5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)	Cuiabá

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

As IES foram selecionadas com base em três critérios: (i) serem instituições públicas; (ii) ofertarem o curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade presencial; e (iii) disponibilizarem o PPC atualizado para consulta pública, em conformidade com as normativas institucionais.

Para a sistematização e interpretação dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos metodológicos aplicados à comunicação escrita e que busca identificar, categorizar e interpretar os significados latentes presentes nos textos analisados. A técnica possibilita a apreensão de sentidos implícitos e explícitos nos documentos, fundamentais para a compreensão das omissões, silenciamentos ou abordagens periféricas da temática de gênero nos currículos.

O processo analítico seguiu as etapas sistematizadas no Quadro 2:

Quadro 2: Etapas da Análise dos PPCs

Etapas	Descrição
Leitura Flutuante	Identificação de menções explícitas ou implícitas aos termos “gênero”, “diversidade” ou “inclusão” nas ementas das disciplinas, objetivos formativos, perfil do egresso e competências previstas.
Categorização	Classificação dos achados em três eixos analíticos: (i) ausência completa da temática de gênero; (ii) abordagem transversal e genérica; (iii) presença de disciplina(s) específica(s) voltada(s) ao debate de gênero e diversidade.
Interpretação Crítica	Análise dos dados à luz dos referenciais teóricos, discutindo as implicações da invisibilidade da temática para a formação docente e para as práticas pedagógicas futuras.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A escolha da análise documental como procedimento metodológico revelou-se adequada à proposta de identificar a forma como a temática de gênero é (ou não) incorporada formalmente nas diretrizes curriculares das licenciaturas em Educação Física. A metodologia adotada permitiu compreender não apenas a presença quantitativa do tema nos documentos, mas sobretudo a qualidade e profundidade com que ele é abordado nas instituições analisadas, possibilitando discussões críticas acerca das limitações e das implicações desse quadro para a formação docente.

Dessa maneira, a pesquisa se insere no esforço de problematizar a formação inicial de professoras/es de Educação Física a partir da perspectiva das políticas curriculares e da urgência

de uma formação crítica, inclusiva e socialmente comprometida com a diversidade e a equidade de gênero.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise documental dos PPCs das licenciaturas em Educação Física das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Mato Grosso revelou um panorama caracterizado pela invisibilidade ou superficialidade da temática de gênero nos documentos institucionais. Tal constatação reitera a tendência identificada em estudos nacionais, como os de Louro (2004); Neves (2014) e Sousa (2024) que apontam a carência com que a temática gênero são abordadas nas licenciaturas em Educação Física no Brasil.

A análise dos PPCs revela diferentes níveis de abordagem da temática de gênero. O Quadro 3, a seguir, sintetiza essa presença, categorizando os achados.

Quadro 3: Abordagem da Temática de Gênero nos PPCs

Instituição	Citação Explícita à Questão de Gênero?	Forma de Inserção no PPC	Disciplinas Específicas sobre Gênero?	Menção à Diversidade e Inclusão?
A	Não	Não há referências à temática	Não	Termos genéricos sobre inclusão
B	Sim, mas superficialmente	Dispersa em ementas de sociologia e pedagogia	Não	Sim, mas sem aprofundamento teórico
C	Não	Silêncio curricular	Não	Abordagem indireta em estágios
D	Sim, mas sem obrigatoriedade	Em disciplinas optativas	Sim, mas apenas uma disciplina	Sim, mas sem articulação prática
E	Não	Aparece apenas em projetos de extensão	Não	Sim, em discussões sobre Educação Física Adaptada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Nos PPCs analisados, constatou-se que a temática de gênero aparece de forma tímida ou inexistente em ementas, objetivos dos cursos ou no perfil do egresso. Em duas das instituições analisadas, a ausência foi absoluta: não há menção direta ao termo “gênero” nem à discussão de sexualidade e diversidade nos documentos. Nos demais cursos, as menções ocorrem de maneira genérica, vinculadas ao discurso da “inclusão” ou da “diversidade”, sem que haja a definição de conteúdo, competências ou metodologias voltadas à reflexão crítica sobre as relações de gênero nas práticas pedagógicas da Educação Física.

Essa invisibilidade confirma o que Goellner (2010) denomina de “silêncio institucional” frente a questões que tensionam a normatividade das práticas corporais e da formação docente. A ausência de uma abordagem estruturada sobre gênero sinaliza a perpetuação de um currículo marcado pela lógica da neutralidade e do tecnicismo esportivo, que desconsidera as disputas culturais e políticas

que atravessam o campo da Educação Física (Neira, 2009).

Nos casos em que a temática de gênero é mencionada nos PPCs, percebe-se que a abordagem ocorre sob a perspectiva da transversalidade, ou seja, espera-se que o tema seja discutido de maneira difusa ao longo da formação, sem que exista uma disciplina específica para aprofundá-lo. Embora a transversalidade possa ser uma estratégia importante para integrar a temática gênero em múltiplos momentos do currículo (Louro, 1997), sua fragilidade está na dependência da sensibilidade individual das/os docentes e na falta de uma orientação institucional que assegure o debate sistemático e crítico sobre as relações de gênero.

Esse quadro limita o alcance das políticas educacionais de equidade preconizadas por documentos como a BNCC, que prevê a promoção de uma educação voltada ao respeito à diversidade e à superação das desigualdades sociais (Brasil, 2018). A inexistência de um eixo formativo que integre de maneira sistemática e crítica a temática de gênero na formação inicial de professoras/es de Educação Física não apenas fragiliza a capacidade docente de problematizar desigualdades estruturais, como também perpetua práticas pedagógicas descontextualizadas, incapazes de dialogar com as realidades diversas, interseccionais e complexas que atravessam a vivência estudantil (Vieira, 2023).

A análise revelou ainda que os currículos das instituições investigadas apresentam forte ênfase nas dimensões técnico-esportivas da Educação Física, priorizando conteúdos voltados à biomecânica, fisiologia, treinamento e desempenho físico. Essa lógica, identificada por autores como Devide *et al.* (2011); Louro (1997) e Goellner (2010), evidencia uma concepção de currículo que privilegia o corpo em sua dimensão biológica, reforçando práticas que segmentam atividades por gênero e contribuem para a perpetuação de estereótipos no ambiente escolar.

A centralidade de um currículo baseado na performance e na competição, combinado à ausência de discussões críticas sobre gênero, cria um ambiente propício à reprodução de práticas pedagógicas que reforçam desigualdades. Como aponta Butler (2015), a naturalização de normas de gênero ocorre justamente na repetição de rituais e discursos que delimitam os corpos e identidades a papéis predefinidos. No caso da Educação Física, a manutenção dessas práticas normativas é um reflexo direto da formação inicial docente carente de fundamentos teóricos e metodológicos que permitam tensionar essas lógicas.

A falta de uma abordagem sistemática sobre gênero nos currículos analisados tem implicações diretas para o exercício da docência na educação básica. A formação limitada impede que as/os futuras/os professoras/es desenvolvam estratégias pedagógicas para enfrentar as desigualdades de gênero que se manifestam cotidianamente nas aulas de Educação Física, como a segregação de meninos e meninas, a valorização diferenciada de práticas corporais e a invisibilização de estudantes LGBTQIA+ (Devide, *et al.*, 201; Sousa, 2024).

Essa fragilidade formativa tende a consolidar uma cultura escolar excludente, que desconsidera a pluralidade das identidades de gênero presentes no ambiente educacional e reforça

a reprodução de violências simbólicas e estruturais (Louro, 1997; Gonzaga e Gallas, 2019). A falta de preparo para lidar com situações de discriminação e preconceito gera um ciclo de manutenção da normatividade, dificultando a construção de uma Educação Física comprometida com a equidade e com os direitos humanos.

Por outro lado, estudos como o de Neira (2020) indicam que a reformulação dos currículos e a valorização de perspectivas críticas e multiculturais no ensino da Educação Física podem contribuir para romper com essa lógica, promovendo práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e que valorizem a temática de gênero nas suas múltiplas expressões.

A partir das evidências levantadas, torna-se imperativo que as IES públicas de Mato Grosso revisem seus PPCs e incorporem a temática de gênero como um eixo estruturante da formação inicial em Educação Física. Tal revisão precisa a criação de disciplinas que abordem criticamente as questões de gênero, sexualidade e diversidade nas práticas corporais, além da reorganização das abordagens metodológicas em outros componentes curriculares.

A institucionalização de tais mudanças pode contribuir para a superação do currículo biologista e tecnicista e para a construção de uma Educação Física escolar mais democrática e plural. Além disso, é necessário investir na formação continuada de docentes universitários e escolares, ampliando as oportunidades de qualificação crítica sobre a temática gênero que atravessam o campo da Educação Física e o contexto escolar de modo mais amplo (Neira, 2009; Ramalho *et al.*, (2022).

A análise dos PPCs das licenciaturas em Educação Física das IES públicas de Mato Grosso reafirma a existência de um vazio formativo no que diz respeito à questão de gênero. Esse quadro, longe de ser uma particularidade regional, integra uma problemática estrutural que atravessa a formação docente no Brasil. A reprodução de currículos que negligenciam ou tratam superficialmente as discussões de gênero compromete o potencial formação docente voltada à autonomia e à equidade de gênero da Educação Física e limita a sua capacidade de ser um espaço de resistência, inclusão e promoção da equidade.

A urgência de uma transformação curricular não se limita à adequação às normativas educacionais, mas se insere na necessidade de construção de um ensino crítico, capaz de responder aos desafios contemporâneos da diversidade e da justiça social nas escolas e para além delas.

6 considerações finais

A análise empreendida neste estudo revelou que os currículos das licenciaturas em Educação Física das IES públicas de Mato Grosso carecem de uma abordagem sistemática, crítica e efetiva da temática de gênero. Tal invisibilidade nos PPCs evidencia a permanência de um modelo de formação docente pautado em uma lógica biologicista e tecnicista, que negligencia a dimensão sociocultural das práticas corporais e ignora a pluralidade de identidades e experiências presentes nas escolas.

A pesquisa demonstrou que, em boa parte das instituições analisadas, a questão de gênero aparece de forma difusa, por meio de menções genéricas à inclusão ou à diversidade, sem constituir-se como eixo estruturante da formação inicial em Educação Física. Essa fragilidade dificulta o desenvolvimento de uma postura crítica por parte das/os futuras/os docentes e contribui para a reprodução de práticas pedagógicas normativas, que reforçam a segmentação da temática de gênero e promovem a invisibilização de sujeitos que não se enquadram nas normas cisheteronormativas.

A ausência de disciplinas específicas ou de propostas formativas que promovam o debate sobre gênero e diversidade tem implicações concretas no cotidiano escolar, limitando a capacidade das/os professoras/es de enfrentar situações de discriminação e de construir práticas pedagógicas que valorizem a diferença e a equidade. Dessa maneira, a Educação Física escolar corre o risco de perpetuar dinâmicas excludentes e de se distanciar dos princípios democráticos e inclusivos preconizados pelas políticas públicas de educação.

Frente a este diagnóstico, torna-se urgente repensar as políticas curriculares das licenciaturas em Educação Física, com vistas à reformulação dos PPCs e à inclusão de conteúdos que abordem criticamente as relações de gênero, sexualidade e diversidade nas práticas pedagógicas. É necessário consolidar um currículo que transcenda a ênfase na técnica e na performance esportiva e que se constitua como um espaço de construção de cidadania, respeito às diferenças e enfrentamento das desigualdades.

Diante desse cenário, recomenda-se que as IES revisem e atualizem seus PPCs, de modo a incorporar disciplinas e conteúdos específicos voltados à discussão crítica sobre gênero, sexualidade e diversidade. Além disso, políticas curriculares nacionais devem reforçar a necessidade de que a temática seja tratada não apenas de forma transversal, mas como eixo estruturante da formação inicial em Educação Física. Para a prática docente, implica promover estratégias pedagógicas que valorizem a pluralidade das experiências corporais, superando a lógica binária e esportivista ainda predominante nas escolas.

Adicionalmente, recomenda-se o fortalecimento da formação continuada dos docentes e a promoção de espaços institucionais que fomentem o debate e a pesquisa sobre gênero no campo da Educação Física. Tais ações são essenciais para que a formação inicial cumpra seu papel de preparar profissionais comprometidos com uma escola plural, democrática e capaz de acolher todas as identidades.

Por fim, a pesquisa abre caminhos para investigações futuras que possam aprofundar a análise da prática pedagógica em sala de aula, bem como ampliar o escopo para outras regiões do país, de modo a contribuir para a construção de uma Educação Física mais crítica e engajada com a luta por equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Gabriela Gomes; SILVA, Andréa Costa da. Gênero e sexualidade na licenciatura em Educação Física (EEFD/UFRJ): reflexões a partir do projeto político pedagógico. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 4, p. 36-59, 2019. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasmedfisicaescolar/article/view/2244>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerras**: Quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMARGO, Marysson Jonas Rodrigues; BENITE, Anna Maria Canavarro. Educação para as relações étnico-raciais na formação de professores de química: sobre a lei 10.639/2003 no ensino superior. **Química Nova**, v. 42, p. 691-701, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/nxp6kmy7nHDPYcMffThdSch/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- DEVIDE, Fabiano Pries *et al.*, Estudos de gênero na educação física brasileira. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 17, p. 93-103, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2011v17n1p93/0>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/105085>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- GONZAGA, Taynan Matheus Sousa; GALLAS, Ana Kelma Cunha. O retrocesso no combate da lgbtfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. **Filosofia e Educação**, v. 11, n. 2, p. 281-289, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8655345>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- IWAMOTO, Thiago Camargo; AMORIM, Wanderson Alves; SEABRA, André Luis dos santos. Docência universitária e a formação de professores de Educação Física: a relação entre conteúdos, gênero e sexualidade. **Revista Periódicos**, [S. l.], v. 2, n. 14, p. 122-142, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/28532>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Um corpo: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.
- MARTINS, Jacqueline Cristina Jesus. **Educação física, currículo cultural e a educação de jovens e adultos: novas possibilidades**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122019-173022/en.php>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- NEIRA, Marcos Garcia. A Abordagem das Diferenças no Currículo Cultural da Educação Física. **Revista Humanidades e Inovação**, São Paulo, v. 7, p. 41-56, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2892>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. Em defesa do jogo como conteúdo cultural do currículo da Educação Física. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1719>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. As dimensões política, epistemológica e pedagógica do currículo cultural da Educação Física. In: BOSSLE, F.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (orgs.) **Educação Física escolar**. Natal: EDUFRRN, 2020. p. 25-43. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/neira_nunes_01.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Epistemologia e didática do currículo cultural da Educação Física**. São Paulo: FEUSP, 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Jorge Luiz de; NEIRA, Marcos Garcia. Significações dos estudantes sobre o currículo cultural da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p. e2037, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/3QqDzZ3yGKc8gzV4PLPHYJR/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RAMALHO, Carla Chagas et al., Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades públicas de Minas Gerais. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/83753>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTOS, Luciene Neves. **Currículo de Licenciatura em Educação Física e Políticas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual: articulações (im)possíveis**. 2014. 160 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107986>. Acesso em: 24 mar. 2025.

OLIVEIRA, Myllena Camargo de. **Relações de gênero, poder e resistência na formação inicial de professores/as de Educação Física**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22731>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTOS JUNIOR, Flavio Nunes dos. **Subvertendo as colonialidades: o currículo cultural da Educação Física e a enunciação dos saberes discentes**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48140/tde-05102020-155037/en.php>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SILVA, Gabriella Gonçalves Mendes da; MARANI, Vitor Hugo. Gênero, sexualidade e educação física: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62174>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOUSA, Adão Rodrigues de. **As relações de gênero nos currículos de licenciaturas em Educação Física de Instituições de Ensino Superior públicas do estado de Mato Grosso**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Educação Física, Cuiabá, 2024. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/6762>. Acesso em: 23 mar. 2025.

VIEIRA, Márcia Gonçalves. **Formação docente, gênero e sexualidade: o silêncio nos projetos pedagógicos, ementas e planos de curso de licenciaturas em educação física nas instituições presenciais de Porto Velho-RO**. 2023. 106 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4416>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Recebido em 04 de julho de 2025
Aprovado em 05 de setembro de 2025
Publicado em 29 de setembro de 2025